



RECLASSIFICAR para VALORIZAR

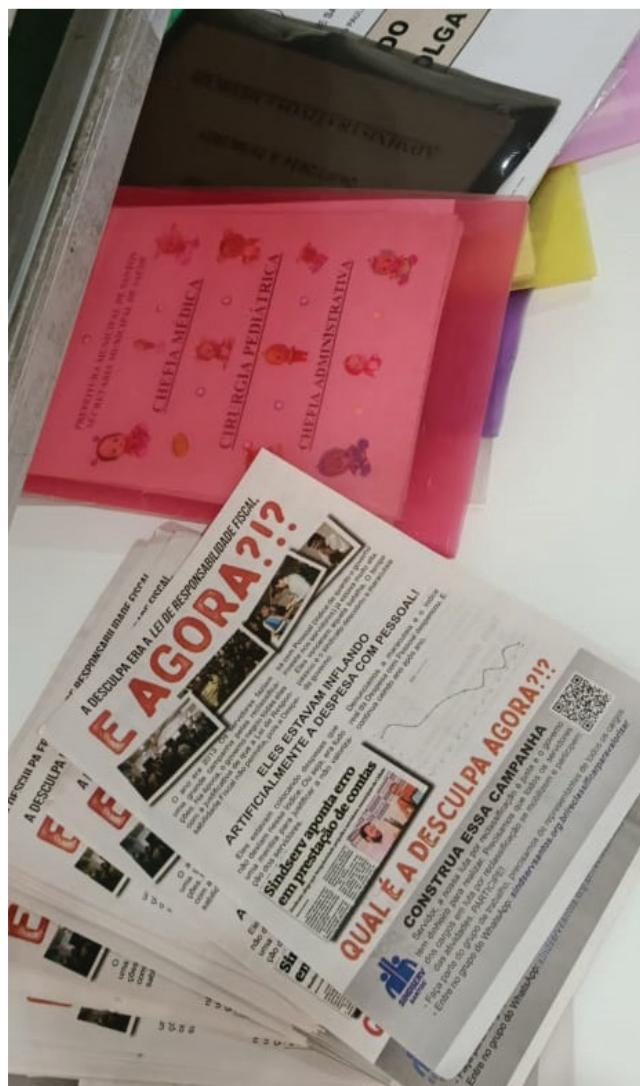
O MOVIMENTO PRECISA ESTAR NAS RUAS E NOS LOCAIS DE TRABALHO

O movimento unificado de todos os cargos que lutam por reclassificação está nas ruas. Estão indo de unidade em unidade, distribuindo panfleto e adesivo. A campanha agora vai produzir vídeos e dialogar com a população que usa os serviços públicos.

A valorização dos servidores é essencial para a qualidade do atendimento ao município. E Santos tem dinheiro para isso. É a 26ª cidade que mais arrecada entre todos os 5.570 municípios em todo o Brasil.

Se não lutamos, o prefeito vai continuar aumentando os gastos com as empresas terceirizadas e os cargos comissionados.

Para se ter uma ideia, o investimento nos servidores é um dos mais baixos da história (40,34%). Ele já foi de 50,86%. E as reclassificações pelas quais lutamos quase não alterariam esse quadro. Os professores, por exemplo, são quase um terço dos servidores e o impacto da reclassificação deles no orçamento será quase nulo (0,24%).



04/04/2025, 15:56

Declaração de Impacto Orçamentário-Financeiro

PREFEITURA DE Santos (347)

Prefeitura Municipal de Santos
Secretaria Municipal de Finanças e Gestão

DECLARAÇÃO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Em atendimento aos artigos 14º a 17º, da Lei nº 101 de 04/05/2000 LRF, declaro que as despesas decorrentes deste Projeto foram previstas nos termos do art. 165, § 1º da Constituição Federal, 4.522 de 25/07/2024 - PPA 2025 na Lei nº 44.523 de 25/07/2024 - LDO 2025 e são compatíveis com a Lei nº 4.594 de 26/12/2024 - LOA 2025, motivo pelo qual faço encartar cópia dos respectivos trechos do PPA e LDO.

Sendo assim, o presente Projeto de Lei que **cria níveis salariais e altera o nível de vencimento dos cargos que estipula** e dá outras providências, na presente data, causa impacto orçamentário-financeiro conforme demonstrado:

Estimativa de impacto orçamentário	
Superávit/(-) Receita	1.229,00
Receita	5.000,00
(-) Despesa líquida Financeira para o Órgão/Poder	2.130,00
Custo	2.767,00
Custo	.09
Custo	58
Estimativa de impacto financeiro	.98
	2%
	0,2330%
	0,2422%

Santos, 04 de abril de 2025.

Adriano Luiz Leocádio
Secretário Municipal de Finanças e Gestão

Este documento foi assinado digitalmente. As informações sobre a(s) assinatura(s) estão na íntima do documento. Para conferir os documentos e informar o código: 2502-716-1562-1226. Impresso, para conferência, acesse o site: <https://app.spmunicipal.lecon.com.br/app/Public/consultarDocumentos>.

Ou seja, mesmo reclassificando todos os servidores, o investimento na categoria ainda ficaria muito abaixo do que o governo já investiu anos atrás e do que o governo pode investir atualmente.

Além de tudo isso, em janeiro agora o salário do prefeito aumentou em 25,61% (de R\$ 26.270 para R\$ 33 mil). No ano que vem vai aumentar mais 6,06% (de R\$ 33 mil para R\$ 35 mil). Já para o vice-prefeito o aumento foi de 19,57% e para os secretários 26,56%.

**Se tem pra eles,
 por que não teria pra gente?**



CREAS-ZL continua no mesmo imóvel caindo aos pedaços

Já foram muitas promessas de mudanças e reformas da unidade do CREAS-ZL (Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Zona Leste). Todas elas descumpridas pelo secretário de Desenvolvimento Social e pelo governo Rogério Santos.

O secretário ficou ofendido com a faixa que os servidores colocaram na frente do imóvel ("Prefeitura abandona a população. Serviço de Assistência Social sem condições") e com o ato que os servidores, população atendida e estudantes de Serviço Social fizeram no dia 11/06. Diante de tanto

descaso, os trabalhadores e população podem ter atitudes muito mais contundentes.

A vice-prefeita chegou a ir no local recentemente. Constatou todos os problemas novamente (os problemas já estavam lá quando ela era secretária da pasta), disse que iria resolver e até agora nada.

As péssimas condições de trabalho e atendimento na unidade são evidentes e precisam ser resolvidas para ontem. Os trabalhadores e população continuarão na luta até serem atendidos!



SÓ A LUTA COLETIVA MUDA A VIDA!

EM MOVIMENTO

Comunidade da UME Margareth Buchmann luta contra avanço da terceirização

Foi realizada uma reunião extraordinária do Conselho Escolar da UME Professora Margareth Buchmann no dia 07/07. Os participantes decidiram rejeitar a terceirização da cozinha e reivindicar a recomposição do quadro de funcionários desse setor.

"Nossa cozinha também é território educativo. Quem pre-

para a comida conhece as preferências, as restrições e os ritmos de cada criança. (...) Terceirizar é romper esses laços. É acreditar que qualquer pessoa pode substituir quem construiu, dia após dia, uma relação de confiança e segurança com nossas crianças", diz parte da carta aberta.

Os servidores da Educação lutam contra esse processo crescente de terceirização das cozinhas e da Educação Especial nas Unidades Municipais de Educação de Santos. Processo esse que, além de piorar a qualidade do ensino, é uma das principais causas no rombo financeiro da NOSSA CAPEP.

Intérpretes de Libras na luta pelas 30h



Os Intérpretes de Libras seguem na luta pela redução da jornada de trabalho para 30h semanais (6h diárias), conforme o estabelecido no artigo 8º-A, da Lei Federal 14.704/2023, entre outras adequações que essa Lei prevê.

No dia 08/08, os trabalhadores do cargo foram até a Secretaria de Gestão para novamente apresentar a reivindicação. Desta vez, a ida ao Paço foi motivada por um Projeto de Lei do vereador Zequinha Teixeira (PP) que trata do assunto.

O saldo do encontro foi o pior possível. O governo informou que, se for

aprovado pela Câmara, vetará o artigo que versa sobre a manutenção salarial do cargo. Ou seja, diminuição da jornada COM redução de salário.

A situação demonstra a falta de vontade política do prefeito Rogério Santos (Republicanos) em valorizar os trabalhadores e ilustra a prática dos vereadores que, se quisessem mesmo auxiliar, fariam a cobrança ao governo no qual integram a base de sustentação.

Os Intérpretes de Libras entendem que o caminho é a LUTA e continuarão nela!

EM MOVIMENTO

Após pressão, governo diz que não fechará Complexo Hospitalar da ZN



Os servidores perceberam o movimento estranho do governo. Movimento típico de quando o atual grupo político (antes PSDB, agora Republicanos) quer terceirizar a unidade:

- Começa fechando leitos;
 - Deixa a situação estrutural se deteriorar, sem fazer manutenção;
 - Piora as condições de trabalho;
 - Não repõe os funcionários que saem, mesmo com concurso vigente;
 - E deixa faltar materiais e utensílios.
- Tudo isso para a população começar a reclamar e eles apresentarem a solução mágica da TERCEIRIZAÇÃO.
- Com isso, os servidores se organi-

zaram, chamaram o sindicato e a população, denunciaram e foram pressionar na audiência pública. O Secretário da Saúde não foi na audiência (um enorme desrespeito), mas com a pressão, mandou o recado pela Secretaria Adjunta: o Complexo Hospitalar da Zona Noroeste não será fechado.

Agora falta resolver todos os problemas da unidade. Dinheiro tem de sobra.

Os trabalhadores e moradores da ZN continuarão atentos para não deixar o hospital fechar ou terceirizar. Mas também estarão atentos para não deixar o hospital na péssima situação em que se encontra.

SEU DIREITO

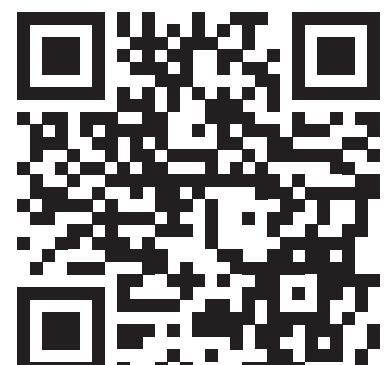
Direitos que conquistamos ao longo de nossa história

LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Licença sem vencimentos, concedida a critério da autoridade competente, ao servidor do Quadro Permanente (depois de 3 anos de exercício) para tratar de interesses particulares. A licença será concedida pelo prazo máximo de 1 ano, podendo ser prorrogada por mais 1 ano, ou interrompida a qualquer tempo, no interesse do servidor.

Observações: Só poderá ser concedida nova licença depois de decorridos 2 anos da determinação do anterior, quer ela tenha sido gozada integralmente, quer tenha ocorrido desistência.

Fundamento jurídico: Artigos 195 a 197 da Lei 4623/1984.



http://leismunicipal.is/xaqdw#artigo_195

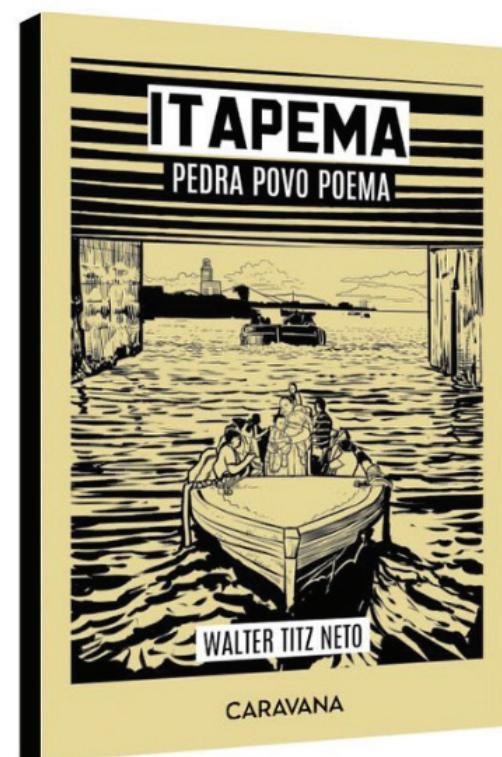
DICA CULTURAL

Livro “ITAPEMA - Pedra Povo Poema”

São 49 poemas escritos por Walter Titz, médico da atenção primária do SUS aqui na Baixada Santista. Titz atuou por muitos anos na Policlínica do Jardim Piratininga, em Santos, e atualmente trabalha na Vila Esperança, Cubatão.

Seus poemas são influenciados pela música, mas nascem sobretudo de seu amor pelo povo, seu cotidiano, suas lutas e sua arte. De modo que, ler “ITAPEMA” é como sentir como pulsa nossas comunidades pela Baixada, Brasil e América Latina. “Sou médico de gente, e não de doenças”, gosta de lembrar.

O livro foi lançado em 2023 e pode ser adquirido nas livrarias Realejo (Av. Marechal Deodoro, 2, Gonzaga, Santos) e Saber (R. Amazonas, 72, loja 56, Guarujá) ou pela Editora Caravana (caravanagrupoeditorial.com.br).



ENTENDA

PREJUÍZOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL NAS RECLASSIFICAÇÕES E NO RJU



Em 2021, o prefeito Rogério Santos fez um dos ataques mais graves contra os servidores. A Reforma da Previdência Municipal até hoje causa prejuízos. Na época, Rogério não quis escutar a categoria, disse apenas que se houvesse algum problema ele reveria a Lei.

Pois bem, além de atrasar por anos a justa aposentadoria e diminuir os proventos, agora (anos depois) estamos com mais dois enormes problemas:

1) RJU

No meio do ano passado, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu que os servidores que eram celetistas e passaram sem concurso para o Regime Jurídico Único (RJU) devem se

aposentar pelo INSS.

Só poderá se aposentar pelo IPREV quem na data do julgamento (17/06/2024) já tivesse adquirido o direito de se aposentar.

E é aqui que entra Rogério Santos. Embora o ataque aos servidores tenha partido do STF, se não fosse pela Reforma da Previdência Municipal o impacto seria bem menor.

Os servidores que ficaram nesse limbo estão desesperados e revoltados. Contribuíram a vida toda, trabalhando pela cidade, e agora é isso que recebem de volta.

2) PROFESSORES

Os mais afetados pela Reforma da Previdência de 2021 foram os profes-

sores. Aumentou em 7 anos (professoras) e 5 anos (professores) o tempo de contribuição. Além disso, retiraram as faltas justificadas (tais como as licenças médicas) do cálculo para aposentadoria especial.

Agora, mais uma vez os professores serão prejudicados, pois conquistaram a reclassificação esse ano, mas quem está para se aposentar pode não levar. Isso porque, a Reforma obriga os professores a estarem no mesmo "nível" e "classe" por 5 anos para incorporar o novo valor na aposentadoria.

Foi isso que aconteceu com os Guardas Municipais (reclassificados em 2023), os Administrativos (reclassificados em 2024) e os Auxiliares de Serviços Gerais (reclassificados em

2024). Quem se aposentou, não levou a reclassificação, mesmo tendo paridade. Os que já têm direito à aposentadoria continuam na ativa para completar 5 anos no mesmo nível.

Verbalmente, o presidente do IPREV informou que o entendimento sobre essa Lei foi revisto e agora não será mais necessário permanecer no mesmo nível durante os 5 anos. Isso só será necessário caso a mudança seja de forma voluntária.

No entanto, uma simples mudança de interpretação não oferece segurança jurídica. A Lei continua a mesma. E todas as aposentadorias precisam ser homologadas pelo Tribunal de Contas.

NÃO PRECISAVA

A historinha fiada que o município foi obrigado a fazer essa Reforma da Previdência Municipal é MENTIRA! Os municípios de todo o Brasil foram obrigados a fazer pequenas alterações, mas não precisava aumentar o tempo para adquirir o direito à aposentadoria e nem diminuir os proventos.

ELE APOSENTOU COM AS REGRAS ANTIGAS

Prova disso é a aposentadoria do próprio Rogério Santos na Prefeitura de Cubatão, onde tinha cargo de dentista. Esse sujeito se aposentou no começo de 2023, com apenas 56 anos de idade. O que seria impossível na Lei que aprovou em Santos um ano e meio antes.

Para os servidores de Santos, a idade mínima agora é de 65 anos (fora as obrigações de tempo de contribuição, de serviço público e no mesmo cargo). E, mesmo se conseguisse se aposentar, só sairia com 88% do salário, pois estava com 34 anos de serviço na época (para sair com 100% só com 40 anos).

ENCONTROS

Encontro Regional debateu propostas para o Sistema Único de Assistência Social



No dia 11/08 foi realizado na Unifesp o Encontro Regional sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O espaço trouxe um rico debate sobre a Política de Assistência Social como um direito social em uma parceria entre o Núcleo de Políticas Públicas Sociais da Unifesp e o Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS. E, ao final, foram construídas propostas para a Baixada Santista e Vale do Ribeira levarem para a Conferência Nacional Livre, que será realizada no dia 29/09, às 15 horas, na Faculdade de Saúde Pública da USP, ao lado do metrô Clínicas.

Veja abaixo as propostas tiradas em nossa região:

1 Em instância de NUEP - Núcleo de Educação Permanente (que deve ser instituído em todos os municípios), os trabalhadores devem analisar todos os dados de vigilâncias municipais;

2 Que a PSB - Proteção Social Básica (CRAS - Centro de Referência de Assistência Social) inclua os cidadãos sem que exista a obrigatoriedade de cadastro único;

3 Que a relação do CAD Único (Cadastro Único) com a VSA (Vigilância Socioassistencial) seja fortalecida e que o CAD não seja barreira e não limite famílias aos acessos;

4 Que o trabalho no SUAS seja desenvolvido sob a ótica da mobilização social tendo em vista os processos de trabalho com ênfase no sujeito coletivo.

5 Articulação entre o CAD Único / VSA / trabalho de mobilização social dentro de serviços;

6 Rever protocolo de gestão integrada no SUAS, pois há falta de diálogo entre PSB e PSE e o trato distinto que se dá no CAD único para acessar as diferentes proteções;

7 Aprofundar o debate e fortalecer a REGIONALIZAÇÃO como estratégia de gestão do SUAS;

8 Rever as finalidades da DRADS (Ditórias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social) na gestão federativa do SUAS;

9 Dados sistematizados pelo CAD / VSA, devem ser conhecidos pelo trabalhador social, via Educação Permanente – NUEPs;

10 Financiamento adequado para implantar e implementar a Educação Permanente;

11 Cumprir a NOB RH (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos) do SUAS pela adequação do RH e estruturas.

Café dos Aposentados reforçou a união com muita alegria

Os servidores aposentados se reuniram mais uma vez. O encontro aconteceu no dia 26/06, foi o segundo Café dos Aposentados de 2025 e manteve a tradição de animação com muita alegria, arte e cultura. Mais do que isso, tivemos o clima de camaradagem de sempre entre colegas de profissão e serviço público.

Nesse encontro tivemos sorteios de livros da autora, prata da casa, Maria José F. Goldschimid. Tivemos também o lançamento do livro infanto-juvenil “O Jardim Encantador” cuja autora também é servidora aposentada, Norma Batista de Oliveira.



Mas não é só de celebração que vivem os aposentados. Após o encontro, boa parte foi para a luta em defesa da NOS-CAPEP na segunda votação do Projeto de Lei do governo (veja nas páginas seguintes).

Aposentados sim, mas na luta, firmes e junto aos servidores da ativa.

O próximo Café dos Aposentados já está marcado. Seja sócio e participe. Para saber mais e confirmar presença, ligue: (13) 3228-7400.

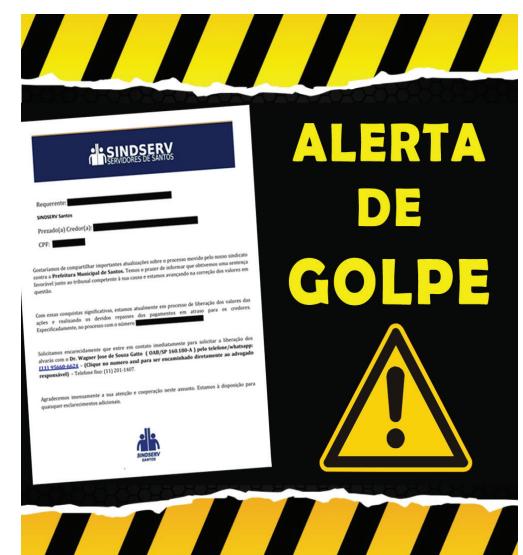
INFORME

Novo golpe usando o nome do jurídico do SINDSERV Santos

Mais uma vez, golpistas estão se passando pelos advogados do nosso Departamento Jurídico avisando sobre processos e pedindo dados bancários, depósitos ou pagamento em dinheiro para poder receber o valor.

ISSO É UM GOLPE!

Não aceite nenhuma chamada de vídeo de desconhecidos. E caso você receba qualquer ligação ou mensagem, entre em contato imediatamente com nosso sindicato através do nosso número de telefone fixo (13) 3228-7400.



O SINDSERV Santos só entra em contato com os associados pelo telefone (13) 3228-7400. Além disso, NÃO pedimos para fazer nenhum pagamento.

ENTENDA

As graves alterações na NOSSA CAPEP

No final de julho, o prefeito Rogério Santos e seus vereadores-capachos aprovaram uma Lei Complementar que fará graves alterações na NOSSA CAPEP a partir de setembro.

Alterações que colocam a continuidade da NOSSA CAPEP em sério risco. Veja:

I) ATACOU O CARÁTER SOLIDÁRIO

O governo atacou o caráter solidário da NOSSA CAPEP, pois tirou a obrigatoriedade de ingresso e contribuição. Isso permite que parte da categoria pare de contribuir.

Os servidores com maiores salários sairão e o salário dos demais não conseguirá arcar com todos os custos. Isso pode fazer falir a NOSSA CAPEP.

2) AUMENTOU A TAXAÇÃO PARA DEPENDENTES

O governo fez um severo aumento na taxação para os dependentes. Veja os valores:

- De 0 a 18 anos: R\$ 130,96;
- De 19 a 23 anos: R\$ 168,82;
- De 24 a 28 anos: R\$ 206,69;
- De 29 a 33 anos: R\$ 244,55;
- De 34 a 38 anos: R\$ 282,42;
- De 39 a 43 anos: R\$ 320,28;
- De 44 a 48 anos: R\$ 349,36;
- De 49 a 53 anos: R\$ 378,44;
- De 54 a 58 anos: R\$ 407,52;
- Mais de 59 anos: R\$ 436,60.

Esse aumento expressivo também é outro ataque ao caráter solidário da NOSSA CAPEP, pois é um valor fixo por idade e não uma porcentagem do salário. Ou seja, para quem ganha muito, o aumento pode não significar tanto, mas para os menores salários é um rombo nas contas.

CAPÍTULO III – DA ADESÃO

Art. 8º A adesão dos beneficiários aos serviços médico-hospitalares de que trata a presente Lei será facultativa.

3) NÃO DEIXA MAIS ENTRAR SE SERVIDOR NÃO OPTAR POR ISSO NA POSSE

O cúmulo da insensatez. O servidor que não aderir à NOSSA CAPEP no ato de sua posse na Prefeitura nunca mais poderá aderir: “(...) irreversível e irrevogável, não podendo requerer posteriormente sua inclusão”.

Todos sabem que o momento de ingresso no serviço público é o momento de muitas mudanças na vida. Muitos estão mudando de cidade, finalmente conquistando um salário fixo, muitos carregando dívidas etc. Ao deixar facultativo, é compreensível que muitos não queiram aderir em um primeiro momento. Não deixar nunca mais aderir é uma completa falta de bom senso.

Art. 9º No ato da posse do servidor público, será-lhe facultado aderir ao sistema de assistência à saúde mantido pela CAPEP-SAÚDE através de assinatura de termo de adesão constante do Anexo III desta Lei.

§ 1º A não adesão à CAPEP-SAÚDE pelo servidor constitui manifestação de vontade irreversível e irrevogável, não podendo requerer posteriormente sua inclusão.

CAPÍTULO II – DAS CARÊNCIAS

Art. 4º Os prazos de carências terão início a partir da adesão do servidor e seu dependente à CAPEP-SAÚDE, obedecendo aos seguintes padrões:

I – 24 (vinte e quatro) horas para urgência e emergência;

II – 180 (cento e oitenta) dias para exames de alta complexidade, procedimentos que demandem estrutura de bloco cirúrgico em hospital, internações hospitalares em clínica médica, pediátrica e cirúrgica eletiva;

III – 300 (trezentos) dias para partos a termo;

4) INCLUIU CARÊNCIA

Por seu caráter solidário, diferente dos Planos de Saúde que só visam o lucro, a NOSSA CAPEP nunca teve carência de atendimento. A nova Lei inclui isso.

Até para urgência e emergência tem carência agora. 24h parece pouco, mas é imoral e pode ser crucial para a vida ou morte de seu dependente.





5) AUMENTOU A CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES SEM AUMENTAR A CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

O governo aumentou em mais 1% a contribuição dos servidores (de 3% para 4%), mas não aumentou em nada a sua contribuição (5%). Ou seja, é colocar todo o rombo financeiro nas costas dos servidores. Rombo que não é culpa nossa, muito pelo contrário.

Art. 22. A CAPEP-SAÚDE será custeada pelas seguintes fontes de receita:

I – contribuição mensal dos beneficiários titulares participantes do Sistema de Assistência à Saúde da CAPEP-SAÚDE, no percentual de **4%** (quatro por cento), sobre o total da remuneração a qualquer título, subsídios, proventos ou pensão previdenciária, a ser descontada em folha de pagamento, exclusive a gratificação natalina (13º salário);

II – contribuição patronal mensal e obrigatória do Município de Santos, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Empresas de Economia Mista e da Câmara Municipal relativa ao titular, no valor correspondente a **5%** (cinco por cento) sobre a remuneração, subsídio, proventos ou pensão dos servidores municipais de Santos, ativos ou inativos, pensionistas ocupantes de car-

RAÍZES DO ROMBO FINANCEIRO

– Indicação, pelo prefeito, de presidentes que deixaram enormes rombos no cofre da NOSSA CAPEP. Rombos esses que nunca foram pagos. Os exemplos mais gritantes foram: Mota (indicado pelo prefeito da época mesmo sendo presidente do sindicato-amigo-do-patrão) e Eustávio (vice-prefeito de Paulo Alexandre);

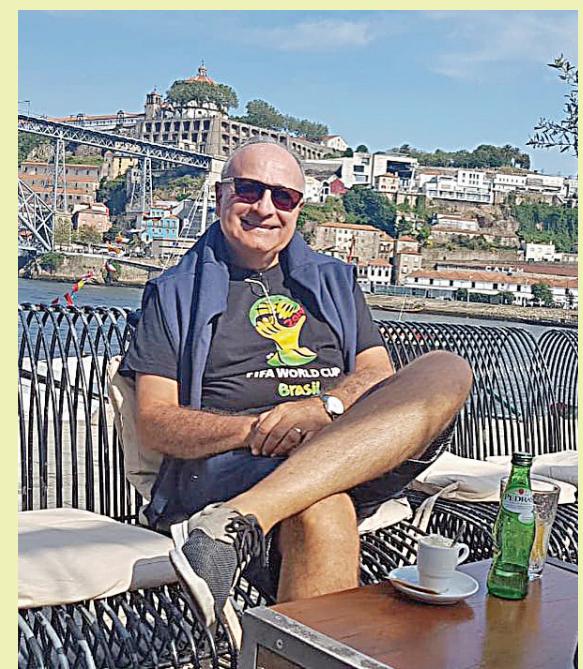
– Grande diminuição do número de servidores. Já chegamos a ser 12.417, hoje somos 11.627, uma diminuição de 6,4% (menos 790 servidores). Quando aprovaram as Leis que autorizavam as terceirizações pelas Organizações Sociais (OSs) alertamos que isso colocaria em risco a NOSSA CAPEP e o IPREV. Não

deu outra, e o prejuízo colocaram nas costas dos servidores com a Reforma da Previdência e agora essas alterações na NOSSA CAPEP;

– Manutenção das perdas salariais desde o Beto Mansur, onde ficamos 7 anos sem reajuste. Nossos salários continuam com a perda de -34,37%. Isso daria uma baita diferença nos cofres da NOSSA CAPEP, pois uma das maiores fontes de arrecadação é a porcentagem do salário dos servidores. Outra fonte de arrecadação é a contribuição patronal que também é uma porcentagem sobre os salários dos servidores. Ou seja, se os salários fossem melhor reajustados, aumentaria a arrecadação da NOSSA CAPEP.



Mota, indicado pelo João Paulo Papa



Eustávio, indicado pelo Paulo Alexandre

RESPONSÁVEIS PELO ATAQUE CONTRA A NOSSA CAPEP:



Rogério Santos
(REPUBLICANOS)



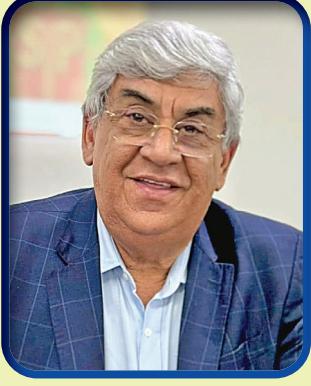
Adilson Junior
(PP)



Adriano Catapreta
(PSD)



Adriano Piemonte
(UNIÃO)



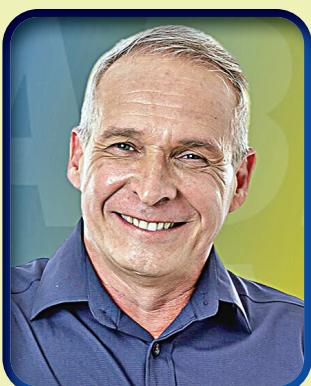
Cacá Teixeira
(PSDB)



Claudia Alonso
(PODE)



Chita Menezes
(PSB)



Fábio Duarte
(PL)



Lincoln Reis
(PODE)



Marcelo Téo
(PP)



Miro Machado
(PSB)



Maurício Campos
(REPUBLICANOS)



Rafael Pasquarelli
(UNIÃO)



Renata Bravo
(PSD)



Zequinha Teixeira
(PP)



<https://diariooficial.santos.sp.gov.br/edicoes/inicio/download/2025-07-24#page=2>